

Área sectorial	Agricultura e Florestas			
Designação do documento	Diagnóstico Sectorial			
Contacto da equipa	Francisco Avillez			
	Data	12	05	2009

Índice:

1.	Sumário Executivo	3
1.1.	Situação de referência.....	3
1.2.	Cenários futuros	3
1.3.	SWOT e Tendências	4
2.	Situação de referência	6
2.1.	Situação actual da agricultura e floresta da AML.....	6
2.1.1.	Ocupação e uso actual dos solos agrícolas e florestais.....	7
2.1.2.	Situação económica agrícola actual.....	13
2.1.3.	Sistemas de agricultura e florestais actualmente dominantes.....	17
2.2.	Cenários alternativos de evolução futura do sector agro-florestal	21
2.3.	O PRODER 2007-13	27
2.4.	PROF da AML	28
3.	Análise SWOT e tendências.....	29
4.	Síntese	33

ANEXOS I e II

Fase: Diagnóstico Estratégico/Visão

1. Sumário Executivo

1.1. Situação de referência

Os espaços agro-florestais da AML ocupam 168,9 milhares de hectares o que corresponde a cerca de 57% da área total dos respectivos concelhos.

A agricultura actualmente praticada na AML ocupa, apenas, cerca de 2,5% da SAU de Portugal Continental e a superfície florestal regional, somente, cerca de 2% do total do Continente. Apesar disso, o respectivo valor acrescentado bruto a custo de factores pela produção vegetal e animal atingiu, em 2006, cerca de 10% do correspondente valor do Continente, peso este que chegou aos 15% no caso do valor acrescentado bruto a preços paritários.

Cerca de metade da SAU da AML é ocupada por culturas temporárias, representando as culturas permanentes 15% da área em causa e os prados e pastagens permanentes cerca de 28%.

A superfície florestal que representa cerca de 41% da área agro-florestal da AML é, predominantemente, ocupada pelo pinhal bravo (22%) e manso (15%) e pelo montado de sobro (39%).

Do ponto de vista da componente agrícola do rendimento das explorações agrícolas da AML, o respectivo nível médio actual é bastante superior ao do conjunto da agricultura de Portugal Continental, o que é, no essencial, consequência de níveis de produtividade económica regional mais de 4 vezes superiores à média nacional, que mais que compensam o muito menos elevado grau de dependência agrícola regional em relação às políticas agrícolas em vigor.

1.2. Cenários futuros

O futuro dos sistemas de produção vegetal, animal e florestal regionais actualmente dominantes vai depender do cenário de evolução futura do sistema de preços e apoios agrícolas que vier a resultar do comportamento ao longo da próxima década:

- dos preços agrícolas mundiais;
- das negociações em curso no âmbito da Ronda de Doha;
- da opção futura entre uma visão estratégica de tipo monofuncional ou multifuncional.

No caso do cenário futuro corresponder a níveis reduzidos dos preços mundiais, a um Acordo de Doha com base nos actuais pontos de consenso e a uma visão estratégica monofuncional, as oportunidades de reestruturação e reconversão dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais da AML serão muito reduzidas e, portanto, as ameaças de abandono tenderão a aumentar, reduzindo-se, assim, a capacidade de resistência regional face às pressões exercidas por actividades não-agrícolas sobre os solos com aptidão agrícola e florestal reconhecida.

De facto, só um cenário capaz de privilegiar uma visão estratégica de tipo multifuncional irá permitir um modelo territorial agrícola e florestal assente numa ocupação e uso dos solos repartida de forma equilibrada por sistemas de produção, de conservação e de serviços rurais.

1.3. *SWOT e Tendências*

A agricultura e a floresta da AML apresentam um conjunto de pontos fortes e fracos de âmbito agro-ecológico, sócio-estrutural e técnico-económico que apontam para a existência de:

- oportunidades de reconversão dos sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios e/ou de reduzida dimensão económica, para sistemas de agricultura de produção (economicamente competitivos ou ambientalmente orientados), de conservação e de serviços rurais;
- ameaças de abandono da produção agrícola e do território rural.

O processo de reforma da PAC iniciado em Junho de 2003 e o PRODER 2007-13, irão condicionar as tendências de evolução que privilegiem:

- o reforço da competitividade futura dos sistemas e estruturas de produção, transformação e distribuição de produtos agro-alimentares e florestais capazes de competirem internacionalmente (hortícolas, frutas, vinho, azeite e produtos lácteos mais diferenciados);
- a expansão dos sistemas de agricultura biológica e a prática de culturas energéticas destinadas à produção de biomassa agro-florestal;
- a expansão de sistemas de agricultura orientados para a conservação da natureza e da biodiversidade e o ordenamento do território e para o reforço e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

Uma concretização positiva destas tendências poderá vir a ser dificultada se a evolução futura do sistema de preços e apoios públicos tender a privilegiar a monofuncionalidade agrícola e rural, baseada numa lógica meramente “economicista” das funções a exercer no futuro pela agricultura e a floresta regionais, tendências negativas estas que se irão, no entanto, manifestar de formas diversas

nos diferentes nos concelhos da AML.

De acordo com os pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças por nós identificadas, só uma visão estratégica capaz de conciliar a multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respectivos sistemas de agricultura é que poderá vir a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do sector agro-florestal, quer das zonas rurais da AML.

Uma visão estratégica do tipo multifuncional e económica vai implicar a concretização dos três seguintes objectivos:

- promover sistemas de produção agrícola e florestal economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas rurais;
- incentivar a diversificação e reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir

2. Situação de referência

2.1. Situação actual da agricultura e floresta da AML

Os espaços agro-florestais da AML ocupam 168.9 milhares de hectares o que representa cerca de 57% da área total dos respectivos concelhos.

A AML integra, de acordo com a mais recente informação estatística disponível (RGA-99), cerca de 11,9 milhares de explorações agrícolas que ocupam 91,8 milhares de hectares de superfície agrícola utilizada (SAU), 26% da qual corresponde a superfícies regadas (SR) e dão emprego directo a cerca de 16,9 milhares de unidades de trabalho agrícola ano (UTA) (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 - Dados base sobre o sector agro-florestal da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
N.º de explorações (1000)	6,1	1,6	5,8	1,5	11,9	3,1	60,5	16,0	378,9	100,0
SAU (1000 ha)	35,7	1,0	56,1	1,5	91,9	2,5	447,9	12,0	3736,1	100,0
SR (1000 ha)	8,5	1,5	15,4	2,7	23,9	4,3	111,6	19,9	560,4	100,0
SF (1000 ha)	10,1	0,3	54,7	1,7	64,8	2,1	434,1	13,8	3136,8	100,0
UTA (1000)	8,9	1,8	8,0	1,6	16,9	3,4	76,5	15,3	501,4	100,0

Fonte: RGA-99 e Inventário Florestal Nacional (IFN) 2005/06

De acordo com o Inventário Nacional Florestal (INF) de 2005-06, a superfície florestal (SF) da AML atinge cerca de 64,8 milhares de hectares, a maior parte da qual (84%) se encontra integrada na superfície agro-florestal (SAF) das explorações agrícolas da AML.

O número de explorações agrícolas da AML corresponde a cerca de 19% das explorações da região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e de 3% das explorações de Portugal Continental.

Os hectares de SAU da AML representam cerca de 21% da SAU de LVT e 2,5% da SAU do Continente. O peso da superfície regada (SR) na SAU da AML (26%) é apenas um pouco superior ao verificado na região da LVT (25%) mas bastante superior ao verificado no conjunto do Continente (15%).

O número total de UTAs utilizadas na AML é cerca de 22% das UTAs, da região de LVT e pouco mais 3% das UTAs de Portugal Continental.

Os hectares de superfície florestal (SF) pertencentes à AML representam cerca de 15% da SF da LVT e de 2% da SF do Continente e ocupam mais de 40% da superfície agro-florestal da AML, percentagem essa que é muito mais significativa na PS (49%) do que na GL (22%).

O peso da população activa agrícola na população activa total da região da AML era, em 2001, de 1,1%, ou seja, bastante inferior quer à média da região de Lisboa e Vale do Tejo (2,6%), quer à média de Portugal Continental (4,2%). O conjunto dos concelhos da Grande Lisboa (GL) apresentava nesse mesmo ano, uma percentagem de, apenas, 0,6%, atingindo 2,3% o peso dos activos agrícolas na Península de Setúbal (PS) (Quadro 2.2).

Quadro 2.2 - Dados base sobre a população activa agrícola em geral e os produtores agrícolas em particular das regiões da AML, de LVT e de Portugal Continental

	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo	Portugal Continental
Activos agrícolas em % dos activos totais	0,6	2,3	1,1	2,6	4,2
% dos produtores agrícolas <35 anos	4,3	4,0	4,1	4,2	3,8
>65 anos	41,2	36,9	38,5	37,8	38,3
% dos produtores agrícolas com níveis de ensino médio e superior	33,4	22,7	30,6	26,1	21,2

O número de produtores agrícolas da AML com menos de 35 anos, representava, apenas, 4% do número total de produtores o que, contrastando com os cerca de 39% de produtores regionais com mais de 65 anos, dá bem ideia do elevado envelhecimento do tecido empresarial agrícola da região. Importa, no entanto, sublinhar que os valores indicados pouco diferem das médias que, em 2001, caracterizavam a região de LVT e do Continente e que a situação na Península de Setúbal era, deste ponto de vista, mais favorável do que a da Grande Lisboa.

No que diz respeito aos níveis de ensino que caracterizam os produtores agrícolas da AML, pode-se afirmar que, em 2001, cerca de 30% dos produtores tinham um nível médio ou superior de ensino, valor este que atingia 26% na região de LVT e 21 % em Portugal Continental. Deste ponto de vista a situação na Grande Lisboa (33%) é mais favorável à da Península de Setúbal (23%).

2.1.1. Ocupação e uso actual dos solos agrícolas e florestais

Do ponto de vista agro-florestal, as duas NUT III que fazem parte da AML (Grande Lisboa e Península de Setúbal) apresentam diferenças significativas, não só no que se refere à sua dimensão, como também ao tipo de sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais.

De facto, enquanto que a sub-região da Grande Lisboa (GL) integra 6,1 milhares de explorações agrícolas com 8,9 milhares de UTAs, ocupam cerca de 35,7 milhares de hectares de SAU e 10,1 milhares de ha de SF, a sub-região da Península de Setúbal (PS), com idêntico número de explorações (5,8 mil) e de UTAs (8 mil), ocupam áreas bastante maiores que correspondem a 56,1 milhares de hectares no caso da SAU e 54,7 milhares de hectares no caso da SF, ou seja, cerca de 60 e de 65% da SAU e da SF do conjunto da AML.

Na sub-região da GL predominam as áreas agrícolas que ocupam cerca de 78% da respectiva superfície agro-florestal. Cerca de 2/3 das áreas agrícolas em causa são utilizadas para culturas temporárias, o que corresponde a um padrão cultural significativamente diferente do verificado, quer no conjunto da região da LVT (39%), quer em Portugal Continental (37%) (**Quadro 2.3**). Os cereais de sequeiro, o milho grão e silagem, as hortícolas e os prados temporários constituem as principais culturas anuais praticadas na GL.

Quadro 2.3 - Ocupação e uso dos solos agrícolas da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	1000 ha	%	1000 ha	%	1000 ha	%	1000 ha	%	1000 ha	%
Culturas temporárias ¹⁾	16,4	63,6	18,5	32,9	34,9	49,3	174,0	38,8	1184,2	31,7
Culturas permanentes	2,1	8,1	10,3	18,3	12,4	14,8	117,6	26,3	705,2	18,9
Pousios	2,5	9,7	5,7	10,1	8,3	8,3	33,8	7,5	562,7	15,1
Prados e pastagens permanentes	4,8	18,6	21,7	38,6	26,5	27,6	122,5	27,3	1284,1	34,4
Área total	25,8	100,0	56,2	100,0	82,1	100,0	447,9	100,0	3736,2	100,0

¹⁾ Inclui hortas familiares

Fonte: RGA-99

As culturas permanentes, que correspondem a 8% da SAU da GL, são ocupadas maioritariamente por vinhas, enquanto que nos prados e pastagens permanentes, que correspondem a cerca de 19%

da SAU em causa, predominam as pastagens pobres que em conjunto com os pousios agronómicos ocupam cerca de 5,7 milhares de hectares, ou seja, 22% da SAU desta sub-região.

Na sub-região da PS as áreas agrícolas ocupam cerca de metade da respectiva superfície agro-florestal. O padrão cultural desta sub-região é bastante semelhante ao verificado no conjunto da LVT e do Continente, no que diz respeito ao peso assumido regionalmente pelas culturas temporárias (33%), se bem que se verifiquem diferenças significativas na importância relativa assumida pelas culturas permanentes e os prados e pastagens permanentes, que na PS são, respectivamente, inferiores e superiores ao verificado em LVT e no Continente (**Quadro 2.3**).

O milho grão e silagem e as hortícolas são as culturas anuais dominantes, conjuntamente com os prados temporários.

As culturas permanentes, que correspondem a 18% da SAU da PS, são ocupadas maioritariamente por vinhas, enquanto que nos prados e pastagens permanentes, que correspondem a 39% da SAU em causa, predominam as pastagens pobres que conjuntamente com os pousios agronómicos, ocupam 8 mil hectares, ou seja, cerca de 14% da SAU desta sub-região.

Importa realçar a existência na AML de duas áreas de agricultura de regadio que beneficiaram ao longo do tempo de elevados investimentos em obras de drenagem, enxugo e regadio colectivos: a **Várzea de Loures** e a **Lezíria de Vila Franca de Xira**. Importa, ainda, referir o Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Grande da Pipa que está em fase final de projecto.

Na várzea de Loures e mais especificamente, na área beneficiada do **Aproveitamento Hidroagrícola de Loures (AHL)** desde a década de 30 do século passado, está instalada e em exploração uma obra de defesa e enxugo que beneficia cerca de 700 ha. Esta área, com cotas bastante baixas, muito próximo do nível do mar, drena grandes áreas envolventes. É uma área muito sensível em que a existência de uma complexa rede de valas e diques, assim como de bacias de amortecimento exteriores ao AHL permitem a utilização dos solos para fins agrícolas, para além de, em situações de risco, ser determinante para a defesa de áreas envolventes, em particular zonas rurais e urbanas, evitando danos materiais e humanos, pelo que o seu papel na drenagem, e amortecimento de cheias revela-se também fundamental e estratégico, para a segurança de pessoas e bens.

A preservação e o acautelar das intervenções tanto na área do AHL como nas bacias drenantes envolventes, é essencial. O crescente grau de impermeabilização do solo, o desordenamento e dispersão dessas áreas no território, e as pressões existentes de impermeabilização dos solos, com consequente agravamento da situação, em particular nos vales e áreas rurais na envolvente próxima da várzea de Loures, são problemas a equacionar no Plano, tanto pela necessária preservação da obra de defesa e enxugo, imprescindível para a manutenção das condições produtivas dos solos da

várzea, como pelo seu contributo para a defesa de pessoas e bens, em situações de crise de cheias e inundações, como as vividas recentemente.

Desta forma, tanto o ordenamento das zonas envolventes, como as intervenções (construções, impermeabilizações, aterros, etc.) que se pretendam desenvolver, têm de ser ponderadas de acordo com o ciclo hidrológico e a bacia hidrográfica de forma adequada de modo a manter as funções de drenagem das linhas de água, o papel de amortecimento das bacias de amortecimento que lhe estão associadas, fora do AHL, e na sua envolvente próxima e ainda as funções de defesa e enxugo, dos solos na área beneficiada pelo AHL.

A gestão do AHL está ao cargo da Associação de Beneficiários de Loures (ABL), sendo esta tutelada pela DGADR.

O Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, envolve solos de excepcional qualidade para a actividade agrícola, localiza-se na sua quase totalidade no concelho de Vila Franca de Xira, beneficiando cerca de 13420 ha (Lezíria Norte, com 6620 ha distribuídos por 6 Blocos de Rega e Lezíria Sul com 6800 ha). A gestão da obra iniciou-se em 1947 encontrando-se em desenvolvimento o projecto de rega e drenagem.

A gestão da obra iniciou-se em 1947, encontrando-se o AH em exploração, em projecto de modernização, nomeadamente com a separação dos sistemas de rega e drenagem e também em fase de desenvolvimento do regadio. Este projecto incide preferencialmente na Lezíria Norte, distribuindo-se por seis blocos de rega e drenagem, parte deles já em funcionamento, existindo obra em curso e em projecto, implicando elevados investimentos em curso e futuros, até à sua conclusão.

As áreas beneficiadas pelo aproveitamento hidroagrícola e respectivas infraestruturas estão sujeitas ao regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH). A DGADR detém a jurisdição sobre as mesmas, aplicando-se o RJOAH: Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril e legislação complementar, nomeadamente o Decreto Regulamentar n.º 84/82, de 4 de Novembro.

Também na área de intervenção do PROT AML está a ser elaborado pela DGADR o projecto de execução do Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Grande da Pipa, com uma área total de cerca de 482 ha. Este projecto desenvolve-se em parte no concelho de Vila Franca de Xira e também nos concelhos de Arruda dos Vinhos e de Alenquer, na área do PROT OVT.

No que respeita ao sector pecuário da AML é de salientar, comparativamente ao conjunto de Portugal Continental, a maior importância relativa assumida em número de Cabeças Normais (CN) pela pecuária intensiva (42% na AML e 30% no Continente) em geral e da suinicultura em particular (respectivamente, 28 e 12%). Importa, ainda referir, que em relação ao conjunto da região de LVT a principal diferença diz respeito ao diferente peso assumido pelos bovinos e as aves na AML (42 e 14% respectivamente) e em LVT (28 e 37% respectivamente) (Quadro 2.4).

Quadro 2.4 - Composição do efectivo pecuário da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	1000 CN	%	1000 CN	%	1000 CN	%	1000 CN	%	1000 CN	%
Bovinos	16,6	43,1	21,7	41,3	38,3	42,0	120,4	28,4	960,7	45,6
dos quais										
Vacas Leiteiras	5,2	13,5	5,1	9,7	10,3	11,3	28,2	6,7	255,6	12,1
Ovinos e Caprinos	6,3	16,4	8,1	15,4	14,4	15,8	46,5	11,0	515,5	24,5
Suínos	4,4	11,4	20,9	39,7	25,3	27,8	101,6	24,0	241,6	11,5
Aves	11,2	29,1	1,9	3,6	13,1	14,4	155,4	36,7	388,3	18,4
Total	38,5	100,0	52,6	100,0	91,1	100,0	423,9	100,0	2106,1	100,0

Fonte: RGA-99

Na sub-região da GL mais de metade do número total de CN existentes correspondem a bovinos (carne e leite) ovinos e caprinos. No que diz respeito à pecuária intensiva, esta sub-região caracteriza-se por uma clara predominância da produção de aves.

Na sub-região da PS o número de CN de bovinos (carne e leite), ovinos e caprinos continua a ser maioritário, mas no contexto da respectiva pecuária intensiva é a produção de suínos que predomina com um peso na sub-região em causa de cerca de 40% do número total de CN, quase idêntico ao verificado para a produção de bovinos (41%).

No **Anexo I** vêm identificados os principais tipos de actividades agrícolas e pecuárias mais representativas dos diferentes concelhos que integram a AML em geral e as regiões da GL e da PS em particular.

Importa, ainda, sublinhar que existe, actualmente, na AML um conjunto diversificado de áreas de produção de **qualidade diferenciada reconhecida (DOP/IGP)**, cuja salvaguarda é essencial:

- a) Vinhos - Colares
- b) Arruda DOC (VF Xira*)
- c) Bucelas DOC (Loures*)
- d) Carcavelos DOC (Cascais*, Oeiras*)
- e) Colares DOC (Sintra*)
- f) Palmela DOC (Montijo, Palmela, Setúbal, Sesimbra*)
- g) Setúbal DOC (Palmela, Setúbal, Sesimbra*)
- h) Queijo de Azeitão
- i) Carne Mertolenga
- j) Carnalentejana
- k) Carne da Charneca
- l) Pêra Rocha do Oeste
- m) Arroz Carolino das Lezírias do Ribatejo

Está, ainda, a decorrer o processo de reconhecimento da Maçã Riscadinha de Palmela, o Limão de Mafra e a Manteiga de Ovelha de Azeitão, assim como de dois outros produtos a reconhecer futuramente: o Mel da Arrábida e a Cebola de Alcochete.

O sector florestal da AML ocupa cerca de 65 mil hectares que correspondem, no essencial, a 39% de montado de sobro, 22% de pinhal bravo, 18% de eucalipto e 15% de pinhal manso. O que diferencia neste âmbito a AML da região da LVT é o maior peso assumido, na primeira, pelas áreas com pinheiros (37%) face à área com eucaliptos (18%), o que contrasta com o verificado, na segunda, aonde o pinhal e ou o eucaliptal ocupam, respectivamente, 18 e 33% da respectiva SF (**Quadro 2.5**).

Quadro 2.5 - Ocupação e uso do solos florestais da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	1000 ha	%	1000 ha	%	1000 ha	%	1000 ha	%	1000 ha	%
Pinhal Bravo	2,6	25,7	11,9	21,8	14,5	22,4	66,5	15,3	710,6	22,7
Pinhal Manso	1,7	16,8	7,8	14,3	9,5	14,7	24,7	5,7	83,9	2,7
Eucaliptal	2,0	19,8	9,7	17,7	11,7	18,1	144,6	33,3	646,7	20,6
Montado de Sobro	1,3	12,9	24,2	44,2	25,5	39,4	155,9	35,9	736,7	23,5
Montado de Azinho	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2	0,7	0,2	388,3	12,4
Diversos	2,5	24,8	1,0	1,8	3,5	5,4	41,7	9,6	570,6	18,2
SF Total	10,1	100,0	54,7	100,0	64,8	100,0	434,1	100,0	3136,8	100,0

Fonte: IFN 2005/06

As áreas florestais da GL distinguem-se das da PS não só por terem menos importância em valor

quer absoluto, quer relativo, mas também porque o montado de sobre assume na GL uma importância relativa (13% da SF) muito menor do que a assumida na PS (44%).

No Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) da AML foram identificados 11 (onze) sub-regiões homogéneas florestais, cujas designações e principais funções constam do **Anexo 2**.

Importa, finalmente, salientar a existência na AML de uma vasta área agrícola e florestal de elevada importância produtiva e ecológica sob gestão pública directa da Companhia das Lezírias, representada na área do presente plano pela Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, mas cuja preservação de todo o conjunto se revela essencial como reserva estratégica nacional para o desenvolvimento do conhecimento e inovação em matéria de gestão multifuncional sustentável, pela relevância enquanto área de infiltração do aquífero Tejo-Sado, por corresponder a 12% da área da Reserva Natural do Estuário do Tejo e 25% da zona de Protecção Especial e Sito e, ainda, como elemento estruturante de suporte da qualidade ambiental da região da AML.

2.1.2. Situação económica agrícola actual

De acordo com as nossas estimativas a produção vegetal e animal do conjunto das explorações agrícolas da AML é responsável por uma margem bruta total (MBT) anual de 270,2 milhões de euros a preços de 2006, o que corresponde, respectivamente a cerca de 32 e 10% do valor acrescentado bruto a custo de factores gerado pelas produções vegetal e animal da região de LVT e de Portugal Continental (**Quadro 2.6**).

Quadro 2.6 - Rendimento dos Sectores Agrícolas da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	M euros a preços de 2006	%	M euros a preços de 2006	%	M de euros a preços de 2006	%	M de euros a preços de 2006	%	M de euros a preços de 2006	%
Margem Bruta Total (MBT)	114,3	4,2	155,9	5,9	270,2	10,1	848,6	31,9	2663,6	100,0
Margem Bruta Económica (MBE)	93	5,9	135,7	8,7	228,7	14,6	619,9	39,6	1565,9	100,0
Apoio ao Rendimento dos Produtores (ARP)	21,3	1,9	20,2	1,8	41,9	3,7	228,7	20,8	1097,7	100,0

Fonte: Estimativas baseadas no RGA-99, RICA, IFAP e CEA

A contribuição anual das explorações agrícolas da região da AML para a criação de riqueza, medida através da respectiva margem bruta económica (MBE), atingiu a preços de 2006 cerca de 228,7 milhões de euros, o que corresponde, respectivamente, a cerca de 37 e 15% do valor acrescentado bruto a preços paritários gerados pelas produções vegetal e animal da região de LVT e do Continente. Por sua vez, as transferências de rendimento resultantes das medidas de apoio ao rendimento dos produtores (ARP) agrícolas da AML em vigor em 2006, atingiram 41,9 milhões de euros, os quais correspondem a cerca de 18 e 4% do valor das transferências obtido, respectivamente, em LVT e em Portugal Continental.

Comparando a situação económica das duas sub-regiões que integram a AML, pode-se concluir que tanto a MBT como a MBE geradas pelas produções vegetal e animal das explorações agrícolas da PS são superiores às da GL (superior em 36% no caso da MBT e em 46% no caso da MBE), sendo, no entanto, inferior o grau de dependência da PS face à da GL no que respeita aos respectivos ARP, grau este que se estima ser, respectivamente, de 13 e 19% (Quadro 2.7).

Quadro 2.7 - Composição do rendimento sectorial agrícola da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	Milhões de euros a preços de 2006	%	Milhões de euros a preços de 2006	%	Milhões de euros a preços de 2006	%	Milhões de euros a preços de 2006	%	Milhões de euros a preços de 2006	%
Margem Bruta Total (MBT)	114,3	100,0	155,9	100,0	270,2	100,0	848,6	100,0	2663,6	100,0
Margem Bruta Económica (MBE)	93,0	81,4	135,7	87,0	228,7	84,5	619,9	73,1	1565,9	58,8
Apoio ao Rendimento dos Produtores (ARP)	21,3	18,6	20,2	13,0	41,9	15,5	228,7	26,9	1097,7	41,2

Fonte: Estimativas baseadas no RGA-99, RICA, IFAP e CEA

Pode-se, assim, concluir que, actualmente as produções vegetal e animal das explorações agrícolas das sub-regiões da PS e da GL, assumem uma importância económica significativa, uma vez que as respectivas MBE representam, respectivamente, cerca de 87 e 81% da MBT, o que é superior ao verificado na região de LVT (73%) e, principalmente, na média do Continente (59%). Assim sendo, o grau de dependência das transferências de rendimento resultantes das políticas de ARP agrícolas era, em 2006, de, apenas, 16% na AML (13% na PS e 19% na GL), enquanto se estimava que elas atingiam cerca de 27% e de 41%, respectivamente, em LVT e Portugal Continental.

Para além das diferenças verificadas quanto à importância assumida pelas ARP entre AML e a região de LVT e o Continente Português, estas diferenças também são muito significativas quando comparamos o peso dos diferentes tipos de apoios públicos ao rendimento dos produtores agrícolas de AML com os do conjunto de Portugal Continental. De facto, de acordo com os dados que constam do **Quadro 2.8**, verifica-se que;

- não só a importância relativa dos apoios directos à produção (ADP) são muito superiores na AML (74%) do que no Continente (54%);
- como também as medidas de suporte de preços de mercado (MSPM) têm mais importância relativa do que os pagamentos aos produtores directamente ligados à produção (PPDLP) na AML (respectivamente 58 e 17%) do que no Continente (respectivamente 39 e 15%);
- como, ainda, o peso dos apoios aos produtores separados da produção (ASP) era, em 2006, na AML muito inferior (26%) do que no Continente (47%).

Quadro 2.8 - Composição dos apoios públicos ao rendimento dos produtores agrícolas da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	M euros a preços de 2006	%	M euros a preços de 2006	%	M euros a preços de 2006	%	M euros a preços de 2006	%	M euros a preços de 2006	%
Apoio ao Rendimento dos Produtores (ARP)	21,3	100,0	20,2	100,0	41,9	100,0	228,7	100,0	1097,7	100,0
Apoios Directos aos Produtores (ADP)	15,9	74,6	14,7	72,8	30,9	73,7	176,2	77,0	586,4	53,4
Medidas de Suporte de Preços de Mercado (MSPM)	12,3	57,7	12,0	59,4	24,5	58,5	135,4	59,2	424,4	38,7
Pagamentos aos Produtores Directamente Ligados à Produção (PPDLP)	3,6	16,9	2,7	13,4	6,4	15,3	40,8	17,8	162,0	14,8
Apoios Separados da Produção (ASP)	5,4	25,4	5,5	27,2	11,0	26,3	52,5	23,0	511,3	46,6

Fonte: Estimativas baseadas no RGA-99, RICA, IFAP e CEA

Importa sublinhar que o factor determinante do nível mais favorável de rendimento agrícola atingido, em média, pelas explorações agrícolas da AML, foi a produtividade económica do factor trabalho

agrícola (MBE/UTA), cujos valores estimados atingiram níveis cerca de 1,7 e 4,3 vezes superiores aos atingidos, em média e respectivamente, na região de LVT e do Continente (Quadro 2.9).

Quadro 2.9 - Rendimento agrícola das explorações agrícolas da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%
MBT/UTA	14299,5	269,2	17522,3	329,8	15997,7	301,1	11094,2	208,8	5312,4	100,0
MBE/UTA	11629,9	372,4	15241,5	488,0	13532,4	433,3	8104,6	259,5	3123,1	100,0
ARP/UTA	2669,6	121,9	2280,8	104,2	2456,3	112,6	2989,6	136,6	2189,3	100,0
ADP/UTA	1990,2	170,0	1655,1	141,4	1813,7	155,0	2303,4	196,8	1170,3	100,0
ASP/UTA	679,4	66,7	625,7	61,4	651,6	63,9	686,2	67,3	1019,0	100,0

Fonte: Estimativas baseadas no RGA-99, RICA, IFAP e CEA

Vale a pena, ainda, realçar as significativas diferenças verificadas entre os níveis de apoio público de que beneficiavam, em média e a preços de 2006, as explorações agrícolas da PS (13% da MBT), da GL (19%), de LVT (27%) e do Continente (41%). Estas diferenças foram significativas quer no que respeita aos apoios directos à produção, quer, principalmente, nos apoios separados da produção (Quadro 2.10).

Quadro 2.10 - Composição do rendimento agrícola das explorações agrícolas da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%	Euros a preços de 2006	%
MBT/UTA	14299,5	100,0	17522,3	100,0	15997,7	100,0	11094,2	100,0	5312,4	100,0
MBE/UTA	11629,9	81,3	15241,5	86,9	13532,4	84,6	8104,6	73,1	3123,1	58,8
ARP/UTA	2669,6	18,7	2280,8	13,1	2456,3	15,4	2989,6	26,9	2189,3	41,2
ADP/UTA	1990,2	13,9	1655,1	9,4	1813,7	11,3	2303,4	20,8	1170,3	22,0
ASP/UTA	679,4	4,8	625,7	3,7	651,6	4,1	686,2	6,1	1019,0	19,2

Fonte: Estimativas baseadas no RGA-99, RICA, IFAP e CEA

Do ponto de vista do rendimento agrícola das explorações da AML, medido através do indicador MBT/UTA, as nossas estimativas apontam para um valor médio anual de cerca de 16 milhares de euros, que atingia, a preços de 2006, um nível 1,4 vezes superior à média das explorações agrícolas da região de LVT e 3 vezes superior à média do Continente (**Quadro 2.10**). Esta diferença é mais pronunciada na sub-região da PS do que na sub-região da GL, uma vez que a MBT/UTA do primeiro grupo de explorações agrícolas era, em média, cerca de 22% superior à do segundo grupo.

Pode-se, assim, concluir afirmando que tanto a agricultura da GL como a da PS, apresentam, actualmente, níveis de rendimento agrícola e de produtividade económica muito mais favoráveis do que o conjunto das explorações agrícolas de Portugal Continental, apresentando um grau de dependência em relação às políticas agrícolas em vigor significativamente inferior à média nacional.

2.1.3. Sistemas de agricultura e florestais actualmente dominantes

A agricultura da região da AML, caracteriza-se actualmente pela predominância de sistemas de produção vegetal, animal e florestal, ou seja, de sistemas exclusiva ou predominantemente orientados para a produção de bens alimentares e matérias-primas agrícolas e florestais

No momento actual os sistemas de produção com maior peso económico regional são os sistemas economicamente competitivos baseados em culturas arvenses de regadio, hortícolas, fruteiras e vinhas e em actividades de produção pecuária intensiva. Seguem-se-lhes os sistemas de produção de pecuária extensiva, cuja viabilidade actual depende dos apoios directos à produção de que beneficiam, quer através das medidas de suporte de preços, quer dos pagamentos directamente ligados à produção. Com bastante menos peso económico do que as anteriores, importa, ainda, sublinhar os sistemas de produção ambientalmente orientados, correspondentes ao modo de produção biológico e às actividades de produção integrada praticadas no âmbito, quer da horticultura, quer da vinha, quer das fruteiras.

No que diz respeito aos sistemas de agricultura de conservação e de serviços rurais, a sua expressão económica e territorial actual é, ainda, muito marginal apresentando, no entanto, potencialidades de expansão futura significativas se o enquadramento político assim o incentivar.

Da **Figura 2.1.** constam as principais características dos sistemas de agricultura actuais e potenciais. No que diz respeito aos sistemas florestais e de acordo com o PROF AML, apenas, cerca de 18% da respectiva área florestal é ocupada por povoamentos sujeitos a silvicultura intensiva, cuja função principal é a produção. Assim sendo, a grande maioria da área florestal da região da AML está predominantemente orientada para outros tipos de funções:

- função de protecção;
- função de silvopastorícia, caça e pesca nas áreas interiores;
- função de recreio, enquadramento e estética da paisagem.

Da **Figura 2.2.**, constam as principais características dos sistemas florestais em causa, tal como foram apresentados no contexto do PROF AML.

Área de expansão	Funções principais	Exemplos
<p>Maioria dos solos agrícolas, quer de regadio, quer de sequeiro e das explorações agrícolas</p>	<p>Produção de bens alimentares e de matérias-primas agrícolas transaccionáveis, cuja rentabilidade depende, predominantemente, dos apoios directos à produção em vigor</p>	<p>Generalidade das culturas arvenses de sequeiro e de regadio e da pecuária</p>
<p>Áreas de regadio e sequeiro com maior aptidão e explorações agrícolas com maior dimensão</p>	<p>Produção de bens alimentares e de matérias-primas transaccionáveis (para exportação ou substituição de importações), cuja rentabilidade depende das respectivas produtividades económicas e dimensão física e da respectiva sustentabilidade do ponto de vista do ambiente, do bem estar animal e da segurança alimentar</p>	<p>Cereais de regadio, hortícolas, vinha, olival, fruteiras e pecuária intensiva</p>
<p>Áreas e explorações agrícolas coexistentes com as dos SPA economicamente competitivos</p>	<p>Produção de bens alimentares e de matérias-primas transaccionáveis baseados em práticas agrícolas e/ou orientados para mercados específicos (biológico/energético), cuja rentabilidade depende de apoios agro-ambientais ou agro-energéticos</p>	<p>Agricultura em modo de produção integrada, agricultura biológica e culturas energéticas</p>
<p>Generalidade dos solos de regadio e sequeiro de menor aptidão agrícola e das explorações com maior dimensão</p>	<p>Manutenção/recuperação dos -recursos naturais (solos, água e clima) - biodiversidade - recursos paisagísticos e patrimoniais com base em actividades de ocupação e uso dos solos cuja rentabilidade irá depender de apoios agro-ambientais</p>	<p>Sistemas extensivos agrícolas, agro-pecuários e agro-silvo-pastoris orientado para a conservação de áreas de elevado valor natural e para a melhoria da biodiversidade do território nacional</p>
<p>Coexistente com os diferentes tipos de solos e de explorações agrícolas que integram o sector agro-florestal</p>	<p>Desenvolver actividades agrícolas dentro e fora das explorações, orientadas no sentido quer da pluriactividade, quer da diversificação e cuja viabilidade irá depender de apoios de âmbito agro-rural</p>	<p>Produtos regionais, artesanato, agroturismo, energias renováveis, ...</p>

Figura 2.1 – Caracterização dos sistemas de agricultura actuais e potenciais

Tipos de Funções	Principais características
Função de produção	Povoamentos florestais orientados para a produção de madeira, de cortiça, de biomassa para energia, de frutos e de sementes e de outras materiais vegetais e orgânicos
Função de protecção	Espaços florestais orientados para a protecção da rede hidrográfica, protecção contra a erosão eólica e hidrica e contra as cheias, protecção microclimática e protecção ambiental
Função de silvopastorícia, caça e pesca nas áreas interiores	Espaços florestais orientados para o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, suporte à pastorícia, à agricultura e à pesca nas águas interiores.
Função de recreio, enquadramento e estética da paisagem	Espaços florestais orientados para o enquadramento dos aglomerados populacionais, dos monumentos, dos equipamentos turísticos, de infraestruturas e para o recreio e a conservação de paisagens naturais

Figura 2.2. Caracterização dos sistemas florestais de acordo com as respectivas funções

2.2. *Cenários alternativos de evolução futura do sector agro-florestal*

Se é verdade que existe, actualmente, algum consenso quanto ao futuro das medidas de política de preços e de mercados agrícolas que integram a PAC, não é menos verdade que existem, ainda, muitas incertezas quanto ao futuro de outros principais factores determinantes das decisões dos agentes económicos directa e indirectamente ligados às actividades de produção vegetal, animal e florestal.

Do ponto de vista do futuro das medidas de política de preços e mercados na UE, iremos assumir como pressuposto base da elaboração dos cenários alternativos de evolução futura do sector agro-florestal da AML, que se não irão verificar retrocessos:

- quer, no desmantelamento já ocorrido nas medidas de suporte de preços de mercado;
- quer, no desligamento da produção dos apoios directos, até hoje já concretizado.

No que diz respeito aos outros factores em causa, são de realçar três diferentes tipos de **incertezas**:

- a evolução futura dos preços mundiais dos produtos e factores de produção agrícola;
- o tipo de compromissos que venham a ser alcançados no contexto das componentes agrícolas da Ronda de Doha;
- a visão que irá prevalecer quanto ao papel futuro da agricultura e do mundo rural na UE e respectivas implicações no âmbito das medidas de política de desenvolvimento rural comunitárias e nacionais.

No que diz respeito à **1ª incerteza**, ir-se-ão considerar duas **configurações** extremas:

- um **"futuro com alimentação cara"**
- um **"regresso à alimentação barata"**

Tratam-se de duas evoluções dos preços mundiais que, após a escalada ocorrida desde o final de 2006 até meados de 2008 e o decréscimo acelerado desde então verificado nas respectivas cotações mundiais, são, hoje em dia, consideradas como igualmente prováveis pelos especialistas na matéria. No primeiro caso, admite-se que os preços agrícolas mundiais se formarão, ao longo da próxima década, a níveis bastante mais elevados do que o verificado na década anterior, o que corresponde ao tipo de projecções de preços apresentados, em meados de 2008, pela OCDE e a FAO. No segundo caso, admite-se que, como já anteriormente se havia verificado, em meados das décadas de 70, 80 e 90 do século passado, os preços mundiais, após fortes subidas a acompanhar o preço do petróleo, tendem a voltar a formar-se a níveis semelhantes aos anteriormente verificados, o que,

neste caso, corresponderá a um regresso aos níveis de preço praticados durante o período 1996-2005.

Em relação à **2ª incerteza**, iremos levar em consideração duas **configurações** que corresponderão a:

- um acordo final no âmbito da Ronda de Doha que integra, no essencial, as opções de política mais consensuais actualmente em fase de negociação;
- uma não concretização dos acordos de Doha e, portanto, a manutenção das regras em vigor decorrentes dos acordos da Ronda do Uruguai.

O que está neste caso em jogo, com maiores implicações na agricultura da UE, são a maior ou menor abertura futura dos mercados agrícolas comunitários, com impacto principalmente nos produtos animais, e o futuro dos pagamentos aos produtores separados da produção, com reflexos significativos sobre as potenciais funções agro-ambiental e agro-rural das explorações agrícolas.

Relativamente à **3ª incerteza** em causa, existem duas possíveis **configurações** que correspondem a:

- uma **visão monofuncional** do papel da agricultura e do mundo rural na UE;
- uma **visão multifuncional** do papel da agricultura e do mundo rural na UE.

No caso da monofuncionalidade, admite-se que irá prevalecer, no contexto da discussão em curso sobre a PAC pós-2013, as posições daqueles Estados Membros (EM) que defendem que à agricultura deve caber exclusiva ou predominantemente uma função de produção de bens alimentares e de matérias primas agrícolas baseada em sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos, o que reduzirá a PAC a um conjunto de mecanismos de regulação e de estabilização dos mercados agrícolas e de salvaguarda do ambiente e do bem estar animal.

No caso da multifuncionalidade, admite-se que as orientações a nível comunitário e nacional, para além de enquadrarem, como no caso anterior, a função económica de produção da agricultura da UE, irão privilegiar medidas de apoio ao rendimento dos produtores agrícolas e ao desenvolvimento sócio-económico das zonas rurais capazes de promover um desempenho sustentado de funções de âmbito agro-ambiental e agro-rural, o que implicará uma diversificação e reforço significativo das políticas de desenvolvimento rural da PAC.

Da combinação destes diferentes tipos de configurações referentes aos três níveis de incerteza em causa, resultam oito (8) cenários alternativos, dos quais iremos seleccionar, apenas, quatro (4) (**Figura 2.2**):

O **Cenário de Continuidade**, cujos elementos definidores serão:

- "regresso à alimentação barata";
- "sem acordos na Ronda de Doha";
- "monofuncionalidade"

O **Cenário de Antecipação**, cujos elementos definidores serão:

- "regresso à alimentação barata";
- "sem acordos na Ronda de Doha";
- "multifuncionalidade".

O **Cenário de Ruptura**, cujos elementos definidores serão:

- "futuro com alimentação cara";
- "com acordos na Ronda de Doha";
- "monofuncionalidade".

O **Cenário de Mudança**, cujos elementos definidores serão:

- "futuro com alimentação cara";
- "com acordos na Ronda de Doha";
- "multifuncionalidade".

São, em nossa opinião, dois os factores determinantes da ocorrência futura dos quatro cenários em causa.

Por um lado, a evolução da situação económica internacional que irá influenciar de forma decisiva a procura futura de bens alimentares e de matérias primas para a produção de biocombustíveis, os custos de produção agrícolas e as disponibilidades orçamentais para financiar as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.

Por outro lado, a prioridade que venha a ser atribuída à agricultura e ao mundo rural no contexto das políticas económicas, da qual irá depender, em última análise, a maior ou menor disponibilidade de verbas para as respectivas medidas de política agrícola e de desenvolvimento rural.

É nossa convicção que nos próximos anos a situação económica internacional se manterá pouco favorável o que dificultará um consenso no contexto das negociações em curso na Ronda de Doha e restrições orçamentais no âmbito da PAC. Assim sendo, pensamos ser muito provável que até 2013 irá prevalecer o **Cenário de Continuidade**, verificando-se, apenas, condições favoráveis ao **Cenário de Antecipação** se existir uma vontade política muito forte do Governo Português por uma visão estratégica futura de tipo multifuncional.

Após 2013, parece-nos ser possível esperar que a melhoria da situação económica internacional venha a criar condições para a ocorrência dos outros dois tipos de cenários, estando a predominância do **Cenário de Ruptura** ou do **Cenário de Mudança** fundamentalmente dependente do que vier a resultar do debate, agora iniciado, sobre o futuro do orçamento da UE e da maior ou menor prioridade atribuída pelo Governo Português às funções ambiental e social da nossa agricultura.

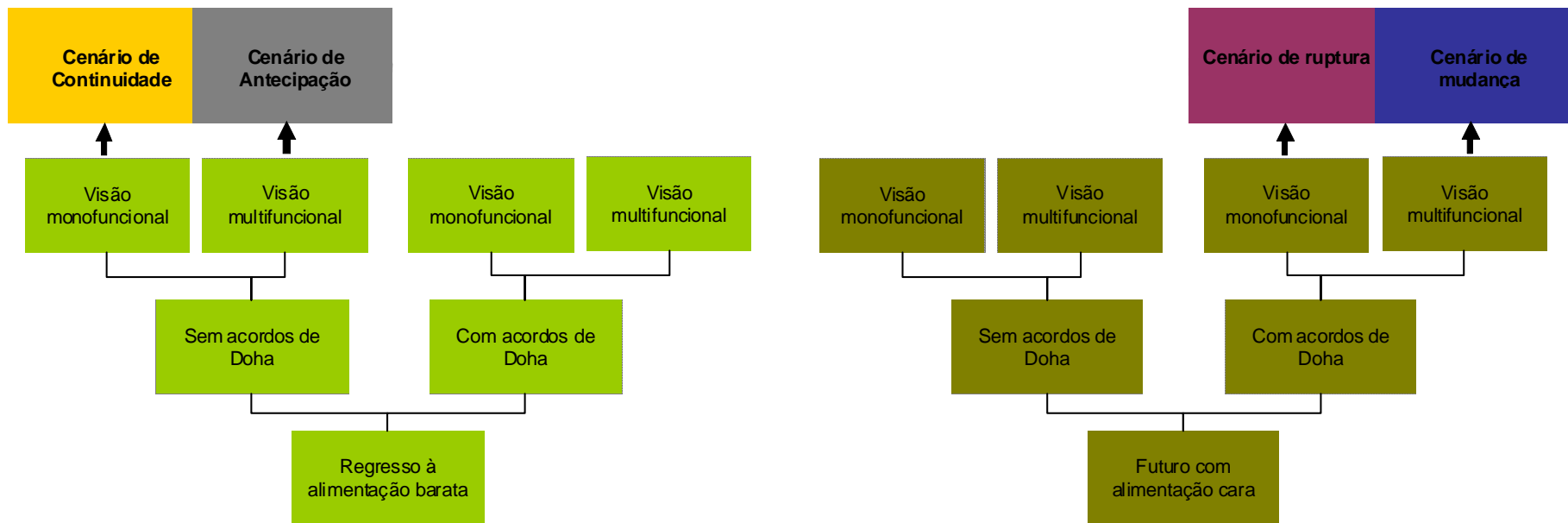


Figura 2.2 – Níveis de incerteza e respectivas configurações e sua combinação em diferentes cenários alternativos

Na Figura 2.3, vêm reunidas as principais tendências de evolução futura dos apoios públicos e dos sistemas de agricultura que irão caracterizar os quatro diferentes tipos de cenários seleccionados.

Cenários seleccionados	Evolução dos apoios	Evolução dos Sistemas de Agricultura
<p>Cenário de Continuidade (2008-2013)</p>	<p>Manutenção da predominância dos apoios directos à produção em geral e das medidas de suporte de preços de mercado em particular;</p> <p>Manutenção das fracas relações actuais entre o RPU e objectivos de âmbito agro-ambiental e agro-rural;</p> <p>Reduzida expansão dos apoios ao investimento, das medidas agro-ambientais e dos apoios à florestação de terras agrícolas.</p>	<p>Manutenção dos sistemas de produção animal apoiados por subsídios;</p> <p>Pressão crescente sobre a viabilidade futura dos sistemas de produção vegetal e animal actualmente competitivos;</p> <p>Ritmo lento de crescimento dos sistemas de produção ambientalmente orientados, dos sistemas de conservação e dos sistemas de serviços rurais;</p> <p>Continuação das tendências de abandono dos solos agrícolas (não utilização);</p> <p>Ritmo lento de florestação das áreas agrícolas.</p>
<p>Cenário de Antecipação (2008-2013)</p>	<p>Reforço significativo das medidas que contribuam, dentro das restrições existentes, para uma aposta clara na multifuncionalidade, contribuindo, assim, para uma antecipação das condições favoráveis à concretização futura do “Cenário de mudança”;</p> <p>Defesa intransigente da visão multifuncional da agricultura no contexto das discussões em curso da Ronda de Doha e do Orçamento da UE após 2013.</p>	<p>Reconversão de parte dos sistemas extensivos de produção animal apoiados por subsídios em sistemas de agricultura de conservação ou de serviços rurais;</p> <p>Evolução mais rápida dos sistemas de produção ambientalmente orientados;</p> <p>Redução das tendências negativas de abandono (não utilização) dos solos agrícolas;</p> <p>Ritmo mais rápido de florestação das áreas agrícolas.</p>
<p>Cenário de Ruptura (2014-2020)</p>	<p>Desmantelamento total das medidas de suporte de preços de mercado;</p> <p>Reforço das medidas de estabilização de preços agrícolas;</p> <p>Total desligamento da produção dos pagamentos directos ainda em vigor (produção animal);</p> <p>Manutenção dos apoios de âmbito agro-ambiental, predominantemente, no âmbito dos sistemas de agricultura de produção;</p> <p>Manutenção dos apoios ao investimento, predominantemente, no âmbito dos sistemas de produção economicamente competitiva.</p>	<p>Desaparecimento dos sistemas de produção apoiados por subsídios;</p> <p>Reforço da sustentabilidade futura dos sistemas de produção economicamente competitivos e ambientalmente orientados;</p> <p>Expansão limitada dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas orientados para a conservação ou para os serviços rurais;</p> <p>Manutenção das tendências crescentes para o abandono (não utilização) dos solos agrícolas.</p>
<p>Cenário de Mudança (2014-2020)</p>	<p>Desmantelamento total das medidas de suporte de preços de mercado;</p> <p>Reforço das medidas de estabilização de preços e rendimentos agrícolas;</p> <p>Total desligamento da produção dos pagamentos directos à produção ainda em vigor (produção animal);</p> <p>Forte aposta nos apoios desligados da produção de âmbito agro-ambiental e agro-rural;</p> <p>Reforço dos apoios ao investimento privado e público nas fileiras economicamente competitivas e ecologicamente sustentáveis.</p>	<p>Desaparecimento dos sistemas de produção apoiados por subsídios;</p> <p>Reforço da sustentabilidade futura dos sistemas de produção economicamente competitivos e ambientalmente orientados;</p> <p>Expansão significativa dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas orientados para a conservação ou para os serviços rurais;</p> <p>Inversão das tendências de abandono (não utilização) dos solos agrícolas.</p>

Figura 2.3 – Principais características dos cenários seleccionados

Poder-se-á afirmar, que quanto mais os factores determinantes da evolução futura se aproximarem das dos **Cenários de Continuidade e de Ruptura**, menos irá ser a área ocupada com sistemas de agricultura de produção capazes de serem competitivos e maior será a dificuldade de se virem a promover sistemas de agricultura de conservação e de serviços rurais com viabilidade assegurada. Neste contexto, tornar-se-á inevitável uma pressão crescente para uma transferência dos solos agrícolas e florestais para outros usos não agrícolas, predominantemente urbanísticos.

Na medida em que os factores determinantes da evolução futura da agricultura em Portugal tenderem a aproximar-se daqueles que caracterizam os **Cenários de Antecipação e de Mudança**, maior será a possibilidade de se vir a resistir às pressões para usos alternativos dos solos em causa, uma vez que, não só os sistemas de agricultura de produção irão ter maior capacidade para competir nos mercados interno e externo, como poderão vir a ser criadas condições mais adequadas para a viabilização de sistemas de agricultura com funções quer agro-ambientais, quer agro-rurais.

Finalmente, poder-se-á concluir que (**Figura 2.4.**) que:

- o conjunto de orientações em vigor a nível nacional e comunitário correspondem, no essencial, ao **Cenário de Continuidade** cuja evolução natural conduzirá ao **Cenário de Ruptura**
- o **Cenário de Ruptura** apresenta riscos de abandono de parte significativa dos solos agrícolas com as implicações ambientais e sociais negativas daí resultantes
- uma aposta no curto-médio prazos no **Cenário de Antecipação** facilitará uma transição para o **Cenário de Mudança**
- o **Cenário de Mudança** apresenta benefícios sociais e ambientais muito positivos mas vai ser muito mais exigente do ponto de vista dos respectivos enquadramentos orçamental e institucional.

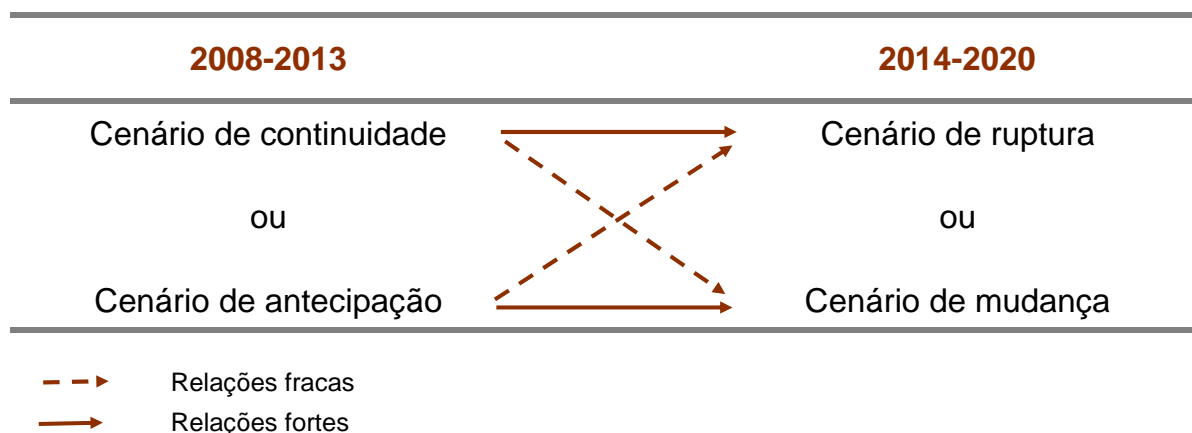


Figura 2.4 – Relações entre os diferentes cenários

2.3. O PRODER 2007-13

Quer o futuro dos preços agrícolas mundiais, quer os resultados alcançáveis no contexto da Ronda de Doha dependem de factores totalmente exógenos aos centros de decisão portugueses.

A opção entre as visões monofuncional e multifuncional, apesar de depender em grande medida dos resultados do debate que agora se inicia a nível da UE sobre o pós-2013, está, em grande medida, também, dependente das orientações que venham a ser assumidas pelo Governo Português, no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Para o período 2007-2013, as orientações em causa constam do Plano Estratégico Nacional (PEN) e do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) elaborado pelo Governo Português com o principal objectivo de “promover a competitividade do sector agrícola e dos territórios rurais de forma sustentada”.

Para o efeito o PEN define três **Objectivos Estratégicos**:

- aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável;
- revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

Dois **Objectivos Transversais** são, ainda, propostos como complementares dos anteriormente indicados, visando:

- o reforço da coesão territorial e social;
- a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Para assegurar a concretização destes objectivos o **PRODER 2007-13**, integra os quatro seguintes sub-programas:

- o **sub-programa 1** - promoção da competitividade;
- o **sub-programa 2** – gestão sustentável do espaço rural;
- o **sub-programa 3** – dinamização económica das zonas rurais e abordagem LEADER;
- o **sub-programa 4** - promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências.

Da análise do modelo de afectação de fundos proposto, do tipo de medidas e de acções preconizado, das condições de acesso e dos tipos de ajudas e níveis de apoio adoptados, somos levados a concluir que o conjunto de orientações estratégicas e programáticas em causa se encontram predominantemente orientadas para apoiar a promoção de sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos (horticultura, fruticultura, viticultura e olivicultura) ou ambientalmente orientadas (modo de produção integrado e biológico), com uma marginalização dos apoios futuros no

âmbito da promoção de sistemas de agricultura de conservação ou de serviços rurais, cujas consequências regionais irão, no entanto, ser diferentes de acordo com os diversos concelhos da AML.

2.4. *PROF da AML*

O Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) da AML é outra componente fundamental quer do diagnóstico estratégico regional quer da respectiva política de ordenamento do território.

De facto, o PROF da AML para além de proceder à identificação de espaços florestais da região e à caracterização e análise da evolução da respectiva ocupação florestal, aborda um conjunto de problemáticas de âmbito regional (estrutura e regime de propriedade, defesa da floresta contra incêndios e sanidade e vitalidade florestais) que nos dá uma visão integrada sobre os sistemas e as tecnologias de ocupação e uso dos solos florestais da AML.

Por outro lado são definidos os diferentes tipos de floresta (produção; silvopastorícia, caça e pesca; recreio; enquadramento e estética da paisagem; conservação; e protecção), cuja relevância é posteriormente analisada no âmbito de onze sub-regiões homogéneas, de importância decisiva para a elaboração do modelo territorial agro-florestal da AML que irá ser apresentado posteriormente.

Finalmente, o PROF da AML estabelece um conjunto de normas gerais, por funções e preventivas que constituem uma contribuição fundamental para a posterior definição das normas gerais, específicas e por unidade territorial de ordenamento dos solos rurais da AML.

3. Análise SWOT e tendências

A análise SWOT que iremos de seguida apresentar foi elaborada na perspectiva da problemática dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais no contexto do ordenamento territorial da AML. De facto, as diferentes componentes desta análise SWOT visam, no essencial, a identificação dos principais aspectos críticos que se irão levantar no contexto da criação das condições indispensáveis a uma utilização futura adequada dos diferentes tipos de solos agrícola e florestal com reconhecida aptidão (Figuras 3.1 e 3.2).

Pontos Fortes S	Pontos Fracos W
<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida dependência de apoios directos à produção agrícola - Níveis de competitividade e rendimento agrícolas relativamente elevados - Proximidade dos principais centros de consumo de bens alimentares e boas infra-estruturas regionais - Tecido empresarial como uma relativamente elevada qualificação profissional e capacidade de organização comercial - Peso significativo de produções vegetais e animais potencialmente mais competitivas no contexto de mercado cada vez mais abertos e concorrenciais - Reforço dos apoios ao investimento em fileiras estratégicas de grande relevância regional, no ambiente do PRODER (2007-13) 	<ul style="list-style-type: none"> - Relativamente reduzida dimensão física das explorações - Tecido empresarial agrícola relativamente envelhecido - Níveis de intensificação produtiva com implicações negativas de âmbito ambiental, designadamente na produção pecuária - Relativa fragilidade na articulação entre os diferentes componentes das principais fileiras produtivas regionais - Áreas agrícolas e florestais relativamente extensas, cujo aproveitamento futuro irá depender, predominantemente, de apoios de natureza agro-ambiental e agro-rural - Menor prioridade atribuída pelo PRODER (2007-13) às medidas e acções de âmbito agro-ambiental e agro-rural

Figura 3.1 – Análise SWOT: Pontos Fortes e Pontos Fracos

Oportunidades O	Ameaças T
<ul style="list-style-type: none"> - Vantagens comparativas para o desenvolvimento futuro de sistemas de produção com boa implantação actual - Potencialidades para uma produção com qualidade e diferenciação - Acesso privilegiado aos mercados - Crescente procura de produtos "naturais" e actividades de lazer em espaço rural - Elevado património cultural e natural das zonas rurais - Valorização crescente da tradição e genuinidade associada aos produtos rurais - Existência de grande diversidade de actividades não-agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> - Riscos associados com a irregularidade crescente das condições climáticas e com a ocorrência de inundações e incêndios - Relativa fragilidade face à concorrência externa - Problemas crescentes de poluição dos solos e dos recursos hídricos da região - Abandono crescente das actividades de produção agro-florestal mais extensivas - Pressão urbanística crescente sobre os solos com aptidão agrícola e florestal

Figura 3.2 – Análise SWOT: Oportunidades e Ameaças

A agricultura e a floresta da AML apresentam, portanto, um conjunto de pontos fortes e fracos de âmbito agro-ecológico, sócio-estrutural e técnico-económico que apontam para a existência de:

- oportunidades de reconversão dos sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios e/ou de reduzida dimensão económica, para sistemas de agricultura de produção (economicamente competitivos ou ambientalmente orientados), de conservação e de serviços rurais;
- ameaças de abandono da produção agrícola e do território rural.

O processo de reforma da PAC iniciado em Junho de 2003 e o PRODER 2007-13, irão condicionar as tendências de evolução que privilegiem:

- o reforço da competitividade futura dos sistemas e estruturas de produção, transformação e distribuição de produtos agro-alimentares e florestais capazes de competirem internacionalmente (hortícolas, frutas, vinho, azeite e produtos lácteos mais diferenciados);
- a expansão dos sistemas de agricultura biológica e a prática de culturas energéticas destinadas à produção de biomassa agro-florestal;
- a expansão de sistemas de agricultura orientados para a conservação da natureza e da biodiversidade e o ordenamento do território e para o reforço e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

Uma concretização positiva destas tendências poderá vir a ser dificultada se a evolução futura do sistema de preços e apoios públicos tender a privilegiar a monofuncionalidade agrícola e rural, baseada numa lógica meramente “economicista” das funções a exercer no futuro pela agricultura e a floresta regionais, tendências negativas estas que se irão, no entanto, manifestar de forma significativamente diferente nos diversos concelhos da AML.

De acordo com os pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças por nós identificadas, só uma visão estratégica capaz de conciliar a multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respectivos sistemas de agricultura é que poderá vir a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do sector agro-florestal, quer das zonas rurais da AML.

Uma visão estratégica do tipo multifuncional e económica vai implicar a concretização dos três seguintes objectivos:

- promover sistemas de produção agrícola e florestal economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas rurais;
- incentivar a diversificação e reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

A concretização destes objectivos vai depender da capacidade dos produtores agrícolas da região para desempenhar três diferentes tipos de funções.

Uma **função económica** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-comercial capazes de serem competitivas no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais.

Uma **função ambiental** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-ambiental orientada para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais.

Uma **função social** baseada em actividades agrícolas e não agrícolas de tipo agro-rural, orientadas para a consolidação e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

A concretização destas funções vai implicar a adopção de uma estratégia de desenvolvimento regional capaz de promover:

- a reestruturação de sistemas de produção que, sendo hoje em dia economicamente competitivos, irão ser sujeitos a pressões crescentes por parte da concorrência internacional;
- a reconversão de sistemas de produção que sendo actualmente dependentes dos apoios directos à produção só serão futuramente viáveis se vierem a tornar-se ou economicamente competitivos, ou ambientalmente orientados, ou destinados quer à conservação de recursos

naturais, paisagísticos e patrimoniais, quer à prestação de serviços rurais;

- o reforço e diversificação dos sistemas de agricultura actualmente orientados quer para a conservação da natureza, quer para a coesão territorial.

Só assim, nos parece ser possível assegurar que no futuro irão ser reunidas as condições necessárias para viabilizar uma ocupação e uso dos solos da AML com aptidão agrícola e florestal reconhecida capaz de conciliar a multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respectivos sistemas de produção vegetal, animal e florestal.

4. Síntese

A agricultura actualmente praticada na AML ocupa, apenas, cerca de 2,5% da SAU de Portugal Continental e a superfície florestal regional, somente, cerca de 2% do total do Continente. Apesar disso, o respectivo valor acrescentado bruto a custo de factores pela produção vegetal e animal atingiu, em 2006, cerca de 10% do correspondente valor do Continente, peso este que chegou aos 15% no caso do valor acrescentado bruto a preços paritários.

Cerca de metade da SAU da AML é ocupada por culturas temporárias, representando as culturas permanentes 15% da área em causa e os prados e pastagens permanentes cerca de 28%.

A superfície florestal que representa cerca de 41% da área agro-florestal da AML é, predominantemente, ocupada pelo pinhal bravo (22%) e manso (15%) e pelo montado de sobro (39%).

Do ponto de vista da componente agrícola do rendimento das explorações agrícolas da AML, o respectivo nível médio actual é bastante superior ao do conjunto da agricultura de Portugal Continental, o que é, no essencial, consequência de níveis de produtividade económica regional mais de quatro vezes superiores à média nacional, que mais que compensam o muito menos elevado grau de dependência agrícola regional em relação às políticas agrícolas em vigor.

O futuro dos sistemas de produção vegetal, animal e florestal regionais actualmente dominantes vai depender do cenário de evolução futura do sistema de preços e apoios agrícolas que vier a resultar do comportamento ao longo da próxima década:

- dos preços agrícolas mundiais;
- das negociações em curso no âmbito da Ronda de Doha;
- da opção futura entre uma visão estratégica de tipo monofuncional ou multifuncional.

No caso do cenário futuro corresponder a níveis reduzidos dos preços mundiais, a um Acordo de Doha com base nos actuais pontos de consenso e a uma visão estratégica monofuncional, as oportunidades de reestruturação e reconversão dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais da AML serão muito reduzidas e, portanto, as ameaças de abandono tenderão a aumentar, reduzindo-se, assim, a capacidade de resistência regional face às pressões exercidas por actividades não-agrícolas sobre os solos com aptidão agrícola e florestal reconhecida.

De facto, só um cenário capaz de privilegiar uma visão estratégica de tipo multifuncional irá permitir um modelo territorial agrícola e florestal assente numa ocupação e uso dos solos repartida de forma equilibrada por sistemas de produção, de conservação e de serviços rurais.

A agricultura e a floresta da AML apresentam um conjunto de pontos fortes e fracos de âmbito agro-

ecológico, sócio-estrutural e técnico-económico que apontam para a existência de:

- oportunidades de reconversão dos sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios e/ou de reduzida dimensão económica, para sistemas de agricultura de produção (economicamente competitivos ou ambientalmente orientados), de conservação e de serviços rurais;
- ameaças de abandono da produção agrícola e do território rural.

De acordo com os pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças por nós identificadas, só uma visão estratégica capaz de conciliar a multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respectivos sistemas de agricultura é que poderá vir a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do sector agro-florestal, quer das zonas rurais da AML.

Uma visão estratégica do tipo multifuncional e económica vai implicar a concretização dos três seguintes objectivos:

- a reestruturação de sistemas de produção que, sendo hoje em dia economicamente competitivos, irão ser sujeitos a pressões crescentes por parte da concorrência internacional;
- a reconversão de sistemas de produção que sendo actualmente dependentes dos apoios directos à produção só serão futuramente viáveis se vierem a tornar-se ou economicamente competitivos, ou ambientalmente orientados, ou destinados quer à conservação de recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, quer à prestação de serviços rurais;
- o reforço e diversificação dos sistemas de agricultura actualmente orientados quer para a conservação da natureza, quer para a coesão territorial.

Só assim nos parece possível assegurar a concretização do principal **objectivo ou ambição** do PROT do ponto de vista das respectivas áreas agrícolas e florestais que consiste na salvaguarda dos solos da região da AML com reconhecida aptidão agrícola e florestal de utilizações alternativas não-agrícolas/não-florestais, a não ser quando essas sejam devidamente justificadas do ponto de vista da sustentabilidade futura do seu desenvolvimento rural.

O conjunto de incentivos financeiros em vigor no contexto do PRODER constitui um enquadramento favorável para a concretização de investimentos capazes de contribuir para a promoção de ganhos de competitividade económica em parte significativa dos sistemas de produção agro-florestal da AML.

Os apoios agro-ambientais que integram o PRODER constituem, também, uma contribuição positiva para a viabilização futura de sistemas de agricultura de produção ambientalmente orientados, cuja competitividade económica venha a ser ameaçada.

A dinâmica sócio-económica da AML irá facilitar o desenvolvimento futuro de sistemas de agricultura

de serviços rurais, nomeadamente no que se refere ao reforço das estratégias de pluriactividade agrícola com especial relevo para as zonas de pequena agricultura. Já no que se refere à viabilidade futura de estratégias de diversificação não-agrícola no contexto das explorações agrícolas e florestais da AML, vai ser indispensável a criação de incentivos financeiros mais favoráveis do que os actualmente em vigor e, ainda, normas específicas de ordenamento dos solos rurais, facilitadoras das estratégias em causa.

A futura reconversão para sistemas agrícolas e florestais de conservação (ou de ordenamento) ou reforço dos já existentes, vai implicar uma opção por apoios mais significativos do que os actualmente previstos no contexto do PRODER, os quais irão ser decisivos para ajudar a conter as novas pressões urbanísticas decorrentes do NAL.

Anexo I – Agricultura/Pecuária por Concelho

	Agricultura						Pecuária						
	Frutícolas	Vinha	Hortícolas	Florícolas	Culturas Industriais	Cereais Oleaginosas Arroz	Forragens e pastagens temporárias	Pastagens Permanentes	Bovinos Leite	Bovinos Carne	Ovinos	Aves	Suínos
Grande Lisboa													
Mafra	X (pêra rocha, limão)	X	X				X		X		X	X	X
Sintra			X	X			X		X		X		
Loures		X (Bucelas)	X				X		X		X		
V.F. de Xira		X (Bucelas)	X		X	X (arroz, milho, girassol)	X		X	X			
Odivelas													
Amadora													
Cascais		X (Carcavelos)											
Oeiras													
Lisboa													

Anexo I (continuação)

	Agricultura						Pecuária						
	Frutícolas	Vinha	Hortícolas	Florícolas	Culturas Industriais	Cereais, Oleagin., Arroz	Forragens e Pastagens Temporárias	Pastagens Permanentes	Bovinos Leite	Bovinos Carne	Ovinos	Aves	Suínos
Península de Setúbal													
Almada			X										
Seixal													
Barreiro													
Moita			X				X		X		X		X
Montijo		X	X	X	X		X	X		X	X	X	X
Alcochete			X	X									X
Palmela	X	X	X				X	X	X	X	X	X	X
Setúbal	X	X	X					X		X		X	
Sesimbra			X				X				X Queijo Azeitão		

Fonte: RGA

Anexo II – Funções Preponderantes por Sub-Regiões Homogéneas

Sub-regiões homogéneas

Funções / Normas de Intervenção	Oeste Litoral	Arribas	Sintra	Região Saloia	Grande Lisboa	Lezíria do Tejo	Estuário do Tejo	Charneca	Península de Setúbal	Arribas / Arrábida	Estuário do Sado
Protecção		2	1	1	2	1	2	3		2	2
Conservação		1	3		3	3	1			1	1
Recreio e estética da paisagem	3	3	2		1	2	3		1	3	3
Silvo pastorícia, caça e pesca	2			2				2	2		
Produção	1			3				1	3		

1 – 1ª Função

2 – 2ª Função

3 – 3ª Função